

**DESENVOLVENDO MECANISMOS LEGAIS E ORGANIZACIONAIS PARA MELHORAR A EFICÁCIA DO ENSINO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES**

***DESARROLLAR MECANISMOS LEGALES Y ORGANIZATIVOS PARA MEJORAR LA EFICACIA DE LA ENSEÑANZA DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD EN LAS UNIVERSIDADES***

***DEVELOPING LEGAL AND ORGANIZATIONAL MECHANISMS TO IMPROVE THE EFFECTIVENESS OF TEACHING STUDENTS WITH DISABILITIES AT UNIVERSITIES***

Mariya GOLOVATSKAYA<sup>1</sup>  
Yuriy TARASOV<sup>2</sup>  
Larisa SABUROVA<sup>3</sup>  
Elena KIRILLOVA<sup>4</sup>  
Olesya TERESHCHENKO<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo considera como as pessoas com deficiência podem obter um diploma de ensino superior. Este estudo visa determinar possibilidades para melhorar os mecanismos legais, organizacionais e técnicos para a educação inclusiva. Os autores do artigo realizam uma análise comparativa de modelos de educação inclusiva com base em sua implementação na Rússia e em países estrangeiros. Os autores observam que os modelos de educação inclusiva utilizados nas universidades russas enfrentam dificuldades organizacionais e legais, científicas e metodológicas em sua implementação. Eles também concluem que os modelos globais de educação inclusiva são mais independentes, estruturados e legalmente orientados, trabalham com uma gama mais ampla de pessoas com necessidades educacionais especiais do que os modelos russos. Para solucionar os problemas existentes de educação inclusiva nas universidades, propõe-se um modelo de interação entre os participantes baseado em mecanismos legais de apoio contínuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação inclusiva. Pessoas com deficiência. Discriminação. Integração.

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Humanidades e Estudos Sociais, Kolomna – Rússia. Professor Associado. Decano da Faculdade de Direito. Doutorado em Direito. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4536-0769>. E-mail: [golovatskayamv@mail.ru](mailto:golovatskayamv@mail.ru)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste, Kursk – Rússia. Doutorado (c). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5625-5617>. E-mail: [tarasov@mail.ru](mailto:tarasov@mail.ru)

<sup>3</sup> Universidade Estatal Russa de Turismo e Serviço, Moscou – Rússia. Professor da Faculdade de Economia, Gestão e Direito. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5035-0098>. E-mail: [saburova.l.n@mail.ru](mailto:saburova.l.n@mail.ru)

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Sudoeste, Kursk – Rússia. Professor Associado do Departamento de Direito Civil. Candidato de Ciências Jurídicas. Universidade de Tyumen, Tyumen – Rússia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7137-901X>. E-mail: [debryansk@mail.ru](mailto:debryansk@mail.ru)

<sup>5</sup> Universidade Agrária do Estado de Kuban em homenagem a TI Trubilina, Krasnodar – Rússia. Assistente do Departamento de História e Ciência Política. Doutor em Ciências Filosóficas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0772-9518>. E-mail: [olesya.tereschenko@yandex.ru](mailto:olesya.tereschenko@yandex.ru)

**RESUMEN:** Este artículo considera cómo las personas con discapacidad pueden obtener un título de educación superior. Este estudio tiene como objetivo determinar las posibilidades de mejorar los mecanismos legales, organizativos y técnicos para la educación inclusiva. Los autores del artículo realizan un análisis comparativo de los modelos de educación inclusiva en función de su implementación en Rusia y países extranjeros. Los autores señalan que los modelos de educación inclusiva utilizados en las universidades rusas enfrentan dificultades organizacionales, legales, científicas y metodológicas en su implementación. También concluyen que los modelos globales de educación inclusiva son más independientes, estructurados y orientados legalmente, trabajan con una gama más amplia de personas con necesidades educativas especiales que los modelos rusos. Para solucionar los problemas existentes de educación inclusiva en las universidades, se propone un modelo de interacción entre los participantes basado en mecanismos legales de apoyo continuo.

**PALABRAS CLAVE:** Educación inclusiva. Personas discapacitadas. Discriminación. Integración.

**ABSTRACT:** This article considers how people with disabilities can obtain a higher education degree. This study aims at determining possibilities for improving legal, organizational, and technical mechanisms for inclusive education. The authors of the article conduct a comparative analysis of inclusive education models based on their implementation in Russia and foreign countries. The authors note that inclusive education models used in the Russian universities face organizational and legal, scientific, and methodological difficulties in their implementation. They also conclude that global inclusive education models are more independent, structured, and legally oriented, work with a wider range of people with special educational needs than the Russian models. To solve the existing issues of inclusive education at universities, a model of interaction between participants is proposed based on legal mechanisms for continuous support.

**KEYWORDS:** Inclusive education. Disabled people. Discrimination. Integration.

## Introdução

Uma das direções para o desenvolvimento do ensino superior moderno é a sua humanização. O sistema social de educação deve atender às normas e ideais humanistas, bem como familiarizar um indivíduo com a cultura do humanismo dentro do processo educativo e das atividades extracurriculares (BUKHTEEVA *et al.*, 2019; SHISHOV *et al.*, 2018). Para atingir esse fim, é necessário criar condições para o desenvolvimento dos alunos como pessoas, como indivíduos e como atores independentes, considerando seus interesses, capacidades e habilidades, por um lado, e de acordo com as exigências da sociedade, por outro (BELOUS *et al.*, 2021). De fato, essa compreensão da humanização garantirá o desenvolvimento efetivo de um indivíduo (PODDUBNAYA *et al.*, 2021; SHAPOSHNIKOVA *et al.*, 2021). Do ponto de vista da humanização, qualquer Estado democrático se esforça para proporcionar condições

para que os deficientes e as pessoas com deficiência recebam educação profissional de alta qualidade, incluindo o ensino superior, como garantia de sua futura independência e autossuficiência econômica. Ao longo das últimas décadas, tem havido um declínio constante no nível de bem-estar físico da população. Esta circunstância é uma das razões para o afluxo de estudantes com deficiência para as instituições de ensino: "De acordo com o Ministério da Educação e Ciência da Federação Russa, 5.190 pessoas com deficiência foram admitidas nas universidades do país em 2013, 5.179 pessoas em 2014 e 7.594 pessoas em 2018" (KANTOR; PROEKT, 2019). Processos semelhantes ocorrem em outros países. No Reino Unido, quase 15% da população em idade ativa tem limitações de saúde e cerca de 4% dos estudantes universitários são pessoas com deficiência (RIDDELL *et al.*, 2002). A este respeito, as necessidades educacionais existentes de todas as pessoas devem ser consideradas como um recurso necessário para o desenvolvimento e melhoria de cada universidade, o que envolve um conjunto de mudanças e transformações radicais destinadas a criar uma sociedade inclusiva, adaptando a qualidade da educação a uma gama mais ampla de estudantes e suas necessidades educacionais (ALEKSANDROVA *et al.*, 2021; AKHMEDOVA *et al.*, 2021).

Os modelos de educação inclusiva criam um ambiente educacional unificado para todas as pessoas, independentemente de sua saúde física ou mental, nível de desenvolvimento, etnia, religião, gênero ou status socioeconômico (SHATSKAYA, 2021).

Devido à sua relevância, o tema da educação inclusiva é objeto de discussão ativa. Existem muitos trabalhos científicos relacionados com esta questão. Os estudos que refletem diferentes direções e aspectos da educação inclusiva são elaborados por representantes da psicologia e da pedagogia, como Muller (2017) e Segal (2013) (a análise comparativa da experiência russa e mundial), Mitchell (2011) (o uso de estratégias de aprendizagem baseadas em evidências no ensino inclusivo), etc. O estudo também aborda a organização geral (DAMADAEVA; BEKHOEVA, 2019), organizacional e técnica (PALKHAEVA; ZHUKOVA, 2017) e questões jurídicas (BALASHOV; KRASNOVA; KHRISTOFOROVA, 2020) da educação inclusiva. Apesar dos conceitos de "educação superior inclusiva" ou "profissionalização inclusiva" serem amplamente estudados por vários cientistas, não há pesquisas suficientes sobre esse tema. Assim, uma das principais tarefas é definir e sistematizar problemas, inclusive jurídicos, relacionados à criação de um ambiente de educação inclusiva nas universidades. A hipótese de pesquisa é a seguinte: para a plena implementação da educação inclusiva nas universidades da Federação Russa, um quadro legal fundamental foi criado, mas ainda é necessário sistematizar os regulamentos para implementar a educação inclusiva e garantir o seu funcionamento em um nível mais abrangente.

## Métodos

Ao trabalhar neste artigo, usamos abordagens sistemáticas e integradas que garantiram o uso de métodos científicos gerais e especiais. Análise, síntese, comparação e generalização foram utilizadas para estudar fontes bibliográficas relacionadas ao tema de pesquisa. Utilizando o método estatístico, determinou-se a distribuição do fenômeno em questão na sociedade. A transição de um conceito geral para um conceito particular permitiu destacar a educação inclusiva nas universidades como um elemento separado do ambiente educacional. O método comparativo-legal identificou características comuns e específicas da educação inclusiva em diferentes países, a fim de correlacionar a experiência russa com a prática mundial. Para comprovar a hipótese de pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais informativos: atos jurídicos; publicou artigos científicos com pareceres científicos sobre diversos aspectos da educação inclusiva na universidade; estatísticas oficiais e outras informações sobre o tema disponíveis na Internet. Com base na hipótese proposta, foram identificados métodos especiais de pesquisa: uma pesquisa e uma pesquisa de especialistas sobre os fatores que dificultam a introdução da educação inclusiva nas universidades. Contactámos 30 especialistas envolvidos na organização do processo educativo (chefes de vários departamentos, reitores e vice-reitores de várias faculdades de nove universidades metropolitanas) que concordaram em responder a algumas perguntas sobre as questões do ensino superior inclusivo. Os critérios de seleção dos especialistas dependiam de que eles tivessem pelo menos três artigos sobre o tema publicados em periódicos incluídos nas bases de dados Scopus ou Web of Science. Foram enviados e-mails aos peritos perguntando quais os problemas e o quanto (em %) impedem a difusão da educação inclusiva na universidade (sob a forma de um questionário).

## Resultados

O direito humano à educação e as garantias de sua recepção desempenham um papel especial entre os direitos e liberdades fundamentais. O artigo 43.º da Constituição da Federação Russa de 1993 afirma o seguinte: todas as pessoas têm direito à educação; Devem ser previstas garantias de acesso geral e gratuito ao ensino pré-escolar, secundário e superior nos estabelecimentos de ensino estaduais ou municipais e nas empresas; Todas as pessoas têm o direito de receber, numa base concorrencial, um ensino superior gratuito num estabelecimento de ensino estadual ou municipal e numa empresa; e proíbe a discriminação dos cidadãos por

razões de saúde. Assim, qualquer deficiência mental ou física não pode se tornar um obstáculo para a realização dos direitos acima mencionados.

Passos importantes para a criação do sistema russo de educação inclusiva ao longo da vida foram a assinatura (24 de setembro de 2008) e a subsequente ratificação (3 de maio de 2012) do documento-chave internacional no campo da proteção dos direitos das pessoas com deficiência, ou seja, a Convenção das Nações Unidas "Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" (2006). O objetivo deste documento é "promover, proteger e assegurar o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência". O artigo 24 estabelece que "os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista a concretizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão um sistema educativo inclusivo a todos os níveis e a aprendizagem ao longo da vida". Os respondentes (Tabela 1) identificaram os principais problemas que representam a atitude dos especialistas em relação ao ensino superior inclusivo. Todas as disposições acima mencionadas estão refletidas no principal ato legislativo no campo da educação na Rússia, ou seja, a Lei Federal "Sobre a Educação na Federação Russa" No. 273-FZ (FEDERAÇÃO RUSSA, 2012). Muitas de suas disposições podem ser chamadas de inovadoras. Pela primeira vez, o conceito de educação inclusiva foi claramente regulamentado, que passou a ser entendido como "garantir a igualdade de acesso à educação para todos os alunos, considerando a diversidade de necessidades educacionais especiais e oportunidades individuais" (Cláusula 27 do Artigo 2). Os direitos e liberdades de todas as categorias de estudantes (desde os pré-escolares até os estudantes de pós-graduação) foram definidos, e as obrigações dos órgãos estaduais (federais e regionais) e das organizações educacionais de criar as condições necessárias para a obtenção de uma educação de alta qualidade foram consagradas.

**Tabela 1** – Várias respostas à pergunta "O que dificulta a introdução da educação inclusiva no ensino superior?"

Desafio	Impacto
Falta de capacidade técnica	48%
Falta de pessoal especialmente treinado	35%
Falta de vontade dos estudantes comuns de estudar em conjunto com estudantes com deficiência	12%

Quadro jurídico insuficiente para o ensino e a aprendizagem inclusivos	5%
--	----

Fonte: compilado pelos autores

De acordo com o artigo 79 da Lei nº 273-FZ (FEDERAÇÃO RUSSA, 2012), para formar pessoas com deficiência, as organizações educacionais (independentemente do seu nível e perfil de atividade) devem criar "condições especiais":

condições de formação, educação e desenvolvimento, incluindo a utilização de programas e métodos educativos especiais de educação e educação, manuais escolares especiais, material didático e didático, auxiliares especiais de formação técnica para uso colectivo e individual, serviços de um assistente que preste aos alunos o apoio técnico necessário, realização de aulas de correcção em grupo e individuais, acesso aos edifícios de organizações que realizam actividades educativas, e outras condições sem as quais é impossível ou difícil dominar programas educacionais para alunos com deficiência (BALASHOV; KRASNOVA; KHRISTOFOROVA, 2020) (nossa tradução).

Essa obrigação é reforçada pelo regulamento sobre o licenciamento de atividades educacionais (FEDERAÇÃO RUSSA, 2013). O não cumprimento deste requisito é a base para a recusa de obtenção de uma licença para o direito de realizar atividades educacionais ou para a suspensão da licença existente no curso de medidas de controle e supervisão, mesmo que as pessoas com deficiência não sejam realmente ensinadas (BALASHOV; KRASNOVA; KHRISTOFOROVA, 2020).

De acordo com documentos legais em uma organização educacional profissional, recomenda-se a criação de uma unidade estrutural separada responsável pela educação de pessoas com deficiência e pessoas com deficiência; Regular as atividades educativas para o ensino de pessoas com deficiência e de pessoas com deficiência através de regulamentos locais; Manter registos especiais dos estudantes com deficiência e das pessoas com deficiência nas fases da sua admissão a uma organização educativa, da formação e do subsequente emprego; ensinar alunos com deficiência, tanto em conjunto com outros alunos, como em classes separadas, grupos ou em organizações educacionais separadas envolvidas em atividades educacionais; o número de alunos com deficiência no grupo de estudo é fixado em 15 pessoas; adaptar os sites oficiais das organizações educacionais na Internet com a devida atenção às necessidades especiais dos deficientes visuais, trazendo-os para o padrão internacional de acessibilidade de conteúdo e serviços web (WCAG) (MARCHENKO, 2019).

As universidades devem empregar especialistas que sejam competentes na implementação de programas individuais para a reabilitação de pessoas com deficiência, bem como na adaptação de programas educacionais já implementados pela organização para todas

as categorias de pessoas com deficiência: surdos, deficientes auditivos, cegos, deficientes visuais, deficiências graves de fala, aparelhos motores musculoesqueléticos com deficiência, retardo mental, transtornos do espectro do autismo. Para representantes de todas as categorias designadas, é necessário criar um ambiente acessível que inclua a base de material apropriada. Além disso, a plena socialização das pessoas com deficiência e das pessoas com deficiência requer um ambiente psicológico, social e de desenvolvimento favorável (KANTOR; PROEKT, 2019). Para estes fins, é desejável ter psicólogos, professores correccionais, mentores e assistentes, bem como voluntários especialmente treinados. No sistema russo de ensino superior, tudo isso parece difícil de implementar (BALASHOV; KRASNOVA; KHRISTOFOROVA, 2020).

A este respeito, é relevante usar a abordagem comparativa do estado e das tecnologias da educação inclusiva na Rússia e em outros países.

Na prática mundial, a ênfase não está na criação de condições especiais, que indicam certas limitações em uma pessoa (OLKHINA et al., 2016) (bem como a própria exigência de confirmação documental do status de uma pessoa com deficiência pode ser considerada como uma condição discriminatória (RIDDELL *et al.*, 2002), mas na assistência às pessoas com HIA em sua plena integração na sociedade. Assim, o professor da Universidade Grenoble Alpes A. Tretiak fez um relatório no fórum internacional "Criando um sistema para apoiar as atividades das instituições de ensino superior para a implementação e desenvolvimento da educação inclusiva" e mudou o foco de "facilitar" as condições de vida para ajudar as pessoas com deficiência a entender suas necessidades e objetivos pessoais, motivação para a educação e autodesenvolvimento. As questões do "suporte à vida" devem ser resolvidas pelas estruturas estatais e públicas, e a tarefa das universidades é construir um vetor individual de socialização para os deficientes e as pessoas com deficiência em cooperação com esses serviços (ANDREEV *et al.*, 2018).

O modelo inclusivo de educação profissional superior em países estrangeiros é caracterizado pela variabilidade e mobilidade de sistemas transformados em um processo holístico que afeta não apenas as relações jurídicas internacionais, mas também "a sociedade, prevenindo a discriminação no estado e em qualquer nível local" (ARMSTRONG; ARMSTRONG; SPANDAGOU, 2011). Nos Estados Unidos, a educação inclusiva é baseada em três grandes leis federais que protegem os direitos das pessoas com deficiência: Individuals with Disabilities Education Act (IDEA), Seção 504 da Lei de Reabilitação (Seção 504) e Americans with Disabilities Act (ADA). Assim, a IDEA é uma lei que prevê a educação especial, o artigo 504 protege os direitos dos alunos com deficiência, a ADA exclui a

discriminação na esfera trabalhista (GLUZMAN, 2019). Ao mesmo tempo, a criação de quaisquer condições especiais para o funcionamento de um ambiente inclusivo nas instituições de ensino não é regulada por lei. Na prática, isso concede às universidades maior liberdade na formação de seu próprio ambiente inclusivo, criando formas, abordagens e métodos baseados nos atos fundamentais, princípios sociais e tradições de uma determinada universidade.

O Reino Unido estabeleceu um sistema de apoio nacional para crianças e jovens com deficiência. De acordo com a Lei da Igualdade (2010), é ilegal que todas as instituições de ensino, incluindo as privadas, distingam os alunos com base na sua deficiência. De acordo com Yu. V. Boginskaya (2016),

[...] no Reino Unido, de acordo com as Diretrizes para a oferta de estudantes com deficiência com ensino superior, existem seis grupos de estudantes com deficiência: dislexia; doenças ocultas (diabetes, epilepsia, asma); transtornos mentais; deficiências auditivas; deficiências visuais; distúrbios do sistema músculo-esquelético (BOGINSKAYA, 2016) (nossa tradução).

O sistema britânico de apoio financeiro para estudantes com deficiência funcional é semelhante ao dos EUA: "[...] o Estado concede aos estudantes subsídios, empréstimos ou outros pagamentos governamentais aos Conselhos de Educação e Formação para organizar um apoio adequado aos estudantes com deficiência" (MORIÑA, 2016). No Reino Unido, as bolsas de estudo para estudantes com deficiência são regulamentadas e fornecidas por agências governamentais ou organizações não-governamentais e universidades.

Todas as universidades prestam serviços de apoio a estudantes com deficiência. Por exemplo, a Queen's University Belfast tem um Centro de Apoio aos Deficientes. O Serviço de Deficiência opera na Universidade de Edimburgo há muitos anos. Um balcão de atendimento para estudantes com deficiência e estudantes com deficiência foi estabelecido na Open University em Yorkshire (GLUZMAN, 2019).

A TU Dortmund University é líder no campo da inclusão na Alemanha. Por quase 40 anos, a universidade vem tornando o ensino superior acessível a pessoas com deficiência. Em 1977, o primeiro serviço de consultoria para estudantes com deficiências ou doenças crônicas foi estabelecido nas universidades e faculdades da TU Dortmund. Por exemplo, a Universidade de Wuppertal tem um Serviço para Estudantes Deficientes e Doentes Crônicos. O Serviço para Estudantes Deficientes e Doentes Crônicos funciona na Universidade de Heidelberg. O Serviço para Estudantes com Deficiência e Doenças Crônicas opera na Universidade Técnica de Berlim há muitos anos. O Dortmund Center for Disabilities and Academic Studies (DoBuS) opera na Universidade Técnica de Dortmund, que é uma renomada instituição científica, metodológica

e educacional (GLUZMAN, 2019). DoBuS é único na República Federal da Alemanha, cujas atividades são supervisionadas por especialistas da Faculdade de Ciências da Reabilitação. O centro é especializado na criação de oportunidades iguais para pessoas com deficiência e estudantes com doenças crônicas. DoBuS se esforça para apoiar outras universidades, fornecendo recomendações para garantir que a universidade seja livre de barreiras e tenha acesso à educação. Para todos os estudantes de universidades, faculdades e escolas superiores, o país oferece às pessoas com deficiência empréstimos estudantis, independentemente de sua situação (GLUZMAN, 2019).

As informações acima mencionadas são compiladas em uma tabela comparativa do ensino superior inclusivo na Rússia, EUA, Grã-Bretanha e Alemanha.

**Tabela 2** – Tabela comparativa do ensino superior inclusivo na Rússia, EUA, Grã-Bretanha e Alemanha

País	Legislação especial	Princípios, abordagens, características
Rússia	Lei Federal "Sobre a Educação na Federação Russa"	Criar condições especiais obrigatórias para o funcionamento de um ambiente educativo inclusivo.
EUA	Lei de Educação de Indivíduos com Deficiência (IDEA), Seção 504 da Lei de Reabilitação (Seção Lei dos Americanos com Deficiência (ADA) Nenhuma Criança Deixada para Trás Arte (NCLB)	Recusa de atendimento especializado e educação especial, financiamento conjunto público e privado, subsídios.
Grã-Bretanha	<i>Disability Discrimination Act Every Child Matters (ECM) Program</i>	Negação de cuidados especiais e educação especial. Serviços de apoio a alunos com deficiência.
Alemanha	Conceito de educação especial	Formação de centros de apoio a deficientes, serviços de assessoria, empréstimos de apoio preferencial.

Fonte: Compilado pelos autores

Assim, as universidades estrangeiras utilizam diferentes modelos de educação inclusiva devido à diversidade cultural. Ao mesmo tempo, eles geralmente se concentram na institucionalização da inclusão com a atribuição de suas funções a certas organizações intra-universitárias, regulamentação legal rigorosa, bem como uma compreensão predominantemente mais ampla da inclusão do que na Rússia.

## Discussão

A base fundamental do conceito ocidental de educação inclusiva é o reconhecimento da singularidade de todas as pessoas, sua dignidade e diversidade, bem como a exclusão de todas as formas de marginalização e discriminação, o foco em garantir a integração plena e harmoniosa de todas as pessoas no sistema educacional. Ao analisar a educação inclusiva nas economias desenvolvidas, N.V. Segal afirmou que as autoridades educacionais na Áustria, Alemanha, Grécia, Portugal, França, Islândia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia, EUA, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul tinham poderes significativos na gestão da educação inclusiva e eram totalmente responsáveis por esse processo. Concedem às instituições de ensino relativa independência na escolha de abordagens pedagógicas para a organização da educação inclusiva e no monitoramento de sua efetividade de acordo com os principais objetivos do Sistema Educacional Global e Nacional (SEGAL, 2013).

Os estudos ocidentais modernos espalharam o sistema de educação inclusiva para uma categoria socialmente desprotegida da população como os migrantes. Estudiosos estrangeiros consideram as oportunidades educacionais para os migrantes como a questão mais premente da inclusão. Sedmak, Hernández, Sancho e Gornik (2021) mencionaram como as questões relacionadas à integração e inclusão de crianças e jovens migrantes são abordadas, como os problemas são estudados, quais abordagens metodológicas são usadas e, conseqüentemente, como os resultados da pesquisa se refletem na política educacional perseguida nos níveis nacional e da UE.

Damadaeva e Bekhoeva (2019) consideraram os problemas e oportunidades para a implementação da educação inclusiva nas universidades russas. Para realizar plenamente as ideias inclusivas, não bastam reformas normativas ou legislativas, por si só, é necessária uma compreensão adequada por parte da sociedade e dos educadores. Como resultado, os autores concluíram que é necessário criar centros educacionais inclusivos nas universidades. Eles também sugeriram os principais rumos possíveis das atividades do centro, sua estrutura e recursos.

Vários autores mencionaram barreiras legais para a introdução da educação inclusiva no ambiente educacional das universidades. Balashov, Krasnova e Khriforova (2020) chamaram a atenção para conceitos próximos, mas não idênticos, de "pessoa com deficiência" e "pessoa com deficiência", e a necessidade de confirmar esses status em diferentes instâncias, bem como a interação indireta das instituições de ensino superior com autoridades médicas e comissões de psicologia e apoio pedagógico, uma vez que toda a comunicação se resume a receber um documento sobre deficiência ou uma recomendação de comissões de psicologia e apoio pedagógico.

Eles também destacaram a falta de comunicação entre os órgãos médicos e pedagógicos: especialistas médicos e sociais muitas vezes não incluem professores correccionais ou psicólogos. Como resultado, o cartão de reabilitação individual de uma pessoa com deficiência pode dizer: "precisa de condições pedagógicas especiais", "é necessário um programa educacional adaptado", etc., sem quaisquer explicações e recomendações para organizações educacionais (BALASHOV; KRASNOVA; KHRISTOFOROVA, 2020).

De acordo com O.Y. Muller, um dos maiores problemas é uma contradição, quando as necessidades sociais e pessoais no ensino superior inclusivo exigem abordagens, formas e métodos especiais, o que é dificultado pelo apoio científico e metodológico insuficiente nas universidades (SEGAL, 2013).

Assim, o princípio da igualdade de acesso à educação para todos proclamado na legislação federal não foi implementado, pois exige o desenvolvimento de abordagens básicas e a escolha de ferramentas de gestão. O sistema educacional se concentra principalmente na criação de condições especiais em cada instituição de ensino, independentemente de seu nível e direção, e não na socialização dos deficientes e das pessoas com deficiência. Isso, bem como a falta de regulamentação estatal detalhada e inequívoca dessa área, leva ao fato de que a introdução da educação inclusiva no ensino superior é muitas vezes caótica e fragmentada.

## **Conclusão**

No decorrer da pesquisa, concluímos que a legislação russa consagrou direitos iguais para estudantes com deficiência mental e física, mas os mecanismos para sua implementação ainda não foram formados. Novos estudos devem considerar a experiência mundial na realização do ensino e da aprendizagem inclusivos no ensino superior, bem como monitorar sua efetividade e satisfação de seus participantes com esse processo.

## REFERÊNCIAS

- AKHMEDOVA, E. M. *et al.* Individual Model of Psychological Health in Educational Process Subjects in Distance Learning Conditions. **Propósitos Y Representaciones**, v. 9, n. Spe. 3, Mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.usil.edu.pe/index.php/pyr/article/view/1193>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- ALEKSANDROVA, I. B. *et al.* Influence of Digital Assistive Technologies Used in Higher Education on the Development of Individual Educational Strategies among Students with Disabilities. **International Journal of Early Childhood Special Education**, v. 13, n. 2, p. 1146-1153, 2021. Disponível em: <https://www.int-jecse.net/abstract.php?id=372>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- ANDREEV, A. V. V Kirove predstavili zarubezhnye praktiki inkluzivnogo obrazovaniya [Kirov presents the foreign practices of inclusive education]. **Rossiiskaya gazeta**, Nov., 2018. Disponível em: <https://rg.ru/2018/11/02/reg-pfo/v-kirove-predstavili-zarubezhnyepraktiki-inkluzivnogo-obrazovaniia.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- ARMSTRONG, A.; ARMSTRONG, D.; SPANDAGOU, E. Inclusion: By choice or by chance. **Journal of Inclusive Education**, v. 15, n. 1, p. 29-39, Feb. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13603116.2010.496192>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BALASHOV, A. E.; KRASNOVA, E. A.; KHRISTOFOROVA, L. V. Pravovye problemy v sisteme vuzovskogo inkluzivnogo obrazovaniya [Legal issues in the system of inclusive education in universities]. **Obrazovanie i nauka**, v. 22, n. 1, p. 59-83, 2020. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/pravovye-bariery-v-sisteme-vuzovskogo-inkluzivnogo-obrazovaniya>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BELOUS, O. V. *et al.* Russian teachers in the digital transformation of general education: Challenges, expectations, and prospects. **Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente**, v. 32, Jan./Dez. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9129>. Acesso em: 13 Abr. 2022.
- BOGINSKAYA, Yu. V. Sovremennoe sostoyanie vysshego obrazovaniya studentov s invalidnostyu v vuzakh Evropy i SShA [The current state of higher education in relation to disabled students in universities of the USA and Europe]. **Mir nauki**, v. 4.4, p. 5, 2016.
- BUKHTEEVA, E. E. *et al.* Practical and theoretical grounds of a student's autonomous learning activities professional education. **Amazonia Investiga**, v. 8, n. 20, p. 575-581, jun. 2019. Disponível em: <https://amazoniainvestiga.info/index.php/amazonia/article/view/184>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- DAMADAEVA, A. S.; BEKHOEVA, A. A. Problemy i vozmozhnosti realizatsii inkluzivnogo obrazovaniya v sovremennom vuzе [The problems and possibilities of implementing inclusive education in modern universities]. **Natsionalnyi psikhologicheskii zhurnal**, v. 3, n. 35, p. 125-133, 2019. Disponível em: <https://npsyj.ru/en/articles/detail.php?article=8193>. Acesso em: 23 set. 2022.

GLUZMAN, Ya. A. Osobennosti vysshego inklyuzivnogo obrazovaniya v SShA, Velikobritanii i Germanii [The specifics of inclusive higher education in the USA, Great Britain and Germany]. **Problemy sovremennogo pedagogicheskogo obrazovaniya**, v. 65-1, p. 70-74, 2019.

KANTOR, V. Z.; PROEKT, Yu. L. Inclusive higher education: The social and psychological well-being of students. **Obrazovanie i nauka**, v. 21, n. 2, p. 51-73, 2019. Disponível em: [https://www.edscience.ru/jour/article/view/1130?locale=en\\_US](https://www.edscience.ru/jour/article/view/1130?locale=en_US). Acesso em: 19 abr. 2022.

MARCHENKO, E. I. Normativno-pravovye osnovy inklyuzivnogo obucheniya invalidov i lits s OVZ [The legal and normative foundations of inclusive education of the disabled and people with disabilities]. **Vestnik Loiro**, v. 1, 2019.

MITCHELL, D. **Effektivnye pedagogicheskie tekhnologii spetsialnogo i inklyuzivnogo obrazovaniya** [Effective pedagogical techniques of special and inclusive education]. Moscow: Perspektiva, 2011.

MORIÑA, A. Inclusive education in higher education: Challenges and opportunities. **European Journal of Special Needs Education**, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08856257.2016.1254964>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MULLER, O. Y. Inklyuzivnaya obrazovatel'naya model na primere rossiiskikh i zarubezhnykh vuzov universiteta [Inclusive education models as exemplified by the Russian and foreign universities]. **Vektor nauki Tolyatinskogo gosudarstvennogo. Seriya: Pedagogika, psikhologiya**, v. 4, n. 31, p. 36-40, 2017.

OLKHINA, E. A. *et al.* Monitoring deyatelnosti vuzov i regionalnykh resursnykh tsentrov po obucheniyu invalidov: Analiz zarubezhnogo opyta [Monitoring the activities of universities and regional resource centers teaching disabled people: the analysis of foreign experience]. **Sovremennye nauchnye issledovaniya i innovatsii**, v. 10, 2016. Disponível em: <https://web.snauka.ru/issues/2016/10/72155>. Acesso em: 07 jan. 2022.

PALKHAEVA, E. N.; ZHUKOVA, N. E. Problemy inklyuzii v vysshem obrazovanii: Obzor sovremennykh gumanitarnykh issledovaniy [The issues of inclusion in higher education: the overview of modern humanitarian studies]. **Sovremennye problemy nauki i obrazovaniya**, v. 5, p. 292, 2017.

PODDUBNAYA, T. N. *et al.* Distance Learning Experience in the Context of Globalization of Education. **Propósitos Y Representaciones**, v. 9, n. Spe. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.usil.edu.pe/index.php/pyr/article/view/985>. Acesso em: 09 abr. 2022.

RIDDELL, S. *et al.* **Disabled Students in Higher Education: The Impact of Anti-Discrimination Legislation on Teaching, Learning and Assessment**. Bristol: University of Bristol, 2002. Disponível em: <http://escalate.ac.uk/downloads/1831.rtf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. Federal Law No. 273-FZ. On Education in the Russian Federation (as amended, revised and entered into force on January 1, 2022). Russian Federation:

Federation Council, 2012. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/rus202742.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. Resolution of the Government of the Russian Federation No. 966. On Licensing Educational Activity. Russian Federation: Government Decree, 2013.

Disponível em:

[http://www.consultant.ru/document/cons\\_doc\\_LAW\\_153731/26b9a9317e489d57a9842321e747706412e110ff](http://www.consultant.ru/document/cons_doc_LAW_153731/26b9a9317e489d57a9842321e747706412e110ff). Acesso em: 13 abr. 2021.

SEDMAK, M.; HERNÁNDEZ, F.; SANCHO, J. M.; GORNIK, B. **Migrant Children's Integration and Education in Europe: Approaches, Methodologies and Policies**. Barcelona: Editorial Octaedro, 2021.

SEGAL, N. V. Realizatsiya inklyuzivnogo obrazovaniya za rubezhom [The implementation of inclusive education in foreign countries]. **Vestnik Yuzhno-Uralskogo gosudarstvennogo gumanitarno-pedagogicheskogo universiteta**, n. 12, p. 97-103, 2013. Disponível em: <https://cyberleninka.ru/article/n/realizatsiya-inklyuzivnogo-obrazovaniya-za-rubezhom>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SHAPOSHNIKOVA, T. D. *et al.* Modern pedagogical education in the conditions of blended learning: Foreign experience. **Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara**, v. 25, n. esp. 5, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16042>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SHATSKAYA, I. Assessment of the quality of the educational process for students with disabilities. **Apuntes Universitarios**, v. 11. n. 4, p. 548–559, 2021.

SHISHOV, S. *et al.* Implementation of interaction principle in teaching pedagogical subjects in university. **Espacios**, v. 39, n. 21, p. 30, 2018. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a18v39n21/18392130.html>. Acesso em: 19 fev. 2022.

### Como referenciar este artigo

GOLOVATSKAYA, M.; TARASOV, Y.; SABUROVA, L.; KIRILLOVA, O.; TERESHCHENKO, O. Desenvolvendo mecanismos legais e organizacionais para melhorar a eficácia do ensino de alunos com deficiência nas universidades. **Rev. EntreLinguas**, Araraquara, v. 8, n. esp. 2, e022051, 2022. e-ISSN: 2447-3529. DOI: <https://doi.org/10.29051/el.v8iesp.2.17308>

**Submetido:** 08/05/2022

**Revisões requeridas:** 19/06/2022

**Aprovado:** 29/09/2022

**Publicado:** 10/11/2022

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

